

Apresentação

Presentation

RICARDO RAMOS SHIOTA
WANIA AMÉLIA BELCHIOR MESQUITA

Os textos que integram a presente edição da revista Terceiro Milênio foram apresentados — sob a forma de conferência, mesa-redonda ou grupo de trabalho — por ocasião do seminário “Pensamento social: desigualdades e mudanças sociais”, realizado entre os dias 04 e 05 de outubro de 2016. O evento contou com financiamento do Paep/Capes, processo 8881/121839/2016-01, auxílio 1237/2016. Os artigos coligidos, a despeito de não representarem a totalidade dos trabalhos apresentados, oferecem ao leitor um panorama dos assuntos debatidos.

As desigualdades são um fenômeno multidimensional e sempre foram marcantes na sociedade brasileira devido às suas origens colonial e escravista. Como destacou Marco Antônio Perruso em seu texto, as desigualdades afetam o pensamento social e político brasileiro de modo indireto, uma vez que há mediações necessárias a serem desveladas para a compreensão do modo pelo qual as desigualdades têm sido abordadas pelos estudiosos. Nesse esforço de interpelá-las, alguns estudiosos tendem a concebê-las em vista de processos sociais universais, enquanto outros acentuam traços particulares e até singulares das

desigualdades brasileiras.

No pensamento social, desde os anos 1950, as desigualdades estão ponderadas em um conjunto de categorias elaboradas pelos cientistas sociais e intérpretes do Brasil: heterogeneidade, contemporaneidade do não coetâneo, alienação, demora cultural, marginalidade, resistência à mudança, latifúndio, colonização, subdesenvolvimento, imperialismo, superexploração do trabalho, colonialismo interno, dependência etc. Estudos recentes indicam que, apesar das mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, as desigualdades permanecem multidimensionais e tenazes na sociedade brasileira.

Nesse sentido, permanece atual o ensinamento de Florestan Fernandes, para quem “a mudança social não é um bem em si mesma e ela pode produzir efeitos negativos irreparáveis, se as opções coletivas em jogo não elevarem à esfera da consciência social o que se pretende conseguir por seu intermédio”¹. A inexistência de controles sociais democráticos sobre o Estado e as instituições — os quais pressupõem, além de consciência social, a participação deliberativa dos agentes nas decisões de interesse coletivo — tende a tornar o processo de mudança social um mecanismo de reprodução da autocracia burguesa. Tende a fazer com que as mudanças sociais ocorram em benefício das classes sociais dominantes, em detrimento do conjunto da população.

As mudanças sociais na periferia do capitalismo, por conseguinte, não são um mecanismo de ampliação de direitos, fortalecimento do desenvolvimento autocentrado e da democracia; ao invés disso, tendem ao desenvolvimento do subdesenvolvimento², fortalecimento da autocracia burguesa e ampliação das desigualdades. Assim, subdesenvolvimento, democracia e desigualdades continuam como categorias válidas para o questionamento da qualidade da mudança social no Brasil contemporâneo.

O dossiê que compõe a presente edição reúne oito artigos sobre temas variados com propostas e abordagens distintas. Em comum, esses artigos revelam a dimensão crítica do pensamento social e político pela capacidade de interpelar as desigualdades, as frágeis bases nas quais se assenta a democracia formal no país e questionar até o conteúdo social da imaginação e da fantasia ao mostrar como elas concorrem para assegurar a dominação, que requer a força dos discursos.

¹ FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p.217.

² FRANK, Andrew Gunder. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Tradução e apresentação Duarte Lago Pacheco. São Paulo: C. A. Filosofia de São Bento, 1967.

O artigo “Crise política: a ‘opinião pública’ contra o eleitorado”, de Fábio Wanderley Reis, elabora um diagnóstico do tempo presente com vistas a demonstrar a inserção da estrutura social na conjuntura no que concerne ao tema da opinião pública hegemônica e às suas consequências, as quais a têm polarizado com a vontade do eleitorado expressa nas urnas. A partir de uma distinção feita pelo jornalista Carlos Castelo Branco entre opinião pública e eleitorado, atento ao substrato sociológico das mesmas, Fábio Reis converte-as em categorias explicativas da crise política vigente. Aponta a existência de um problema constitucional não resolvido, expresso em “normas juridicamente precárias”; expressão do legado escravista e da dificuldade que o abismo social impõe ao propósito de organizar a vida coletiva mediante instituições capazes de enquadrar os conflitos e de se conformarem aos interesses variados.

O artigo de Marcos Del Roio “Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema” retoma um debate que marcou época no pensamento social e político brasileiro, sobretudo nas décadas de 1950 a 1970, embora tenha sido um problema colocado pelos analistas desde os anos 1920. Essa discussão, que adquire relevo entre aquelas décadas, deixava de ser um problema historiográfico e se convertia em problema político na ordem do dia em torno da estratégia seguida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Del Roio contextualiza a posição de Sodré no debate sobre as formas econômicas pré-capitalistas que vigoraram na forma social brasileira. Faz um balanço da historiografia sobre a transição e origem do capitalismo, bem como a especificidade do feudalismo ibérico e a natureza da colonização espanhola e portuguesa. A despeito de retificar algumas considerações de Sodré sobre o problema do feudalismo, o artigo mostra a convergência de alguns pontos desta interpretação com tendências atuais da historiografia. Segundo o autor, Sodré oferece indicações pouco exploradas para o conhecimento e para a transformação da realidade brasileira.

Glauber Rabelo Matias, no artigo “Estado e sociedade em Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte”, retoma, de modo comparativo, dois livros que marcaram época — “Raízes do Brasil” [1936] e “A ordem privada e a organização política nacional” [1939] — com vistas a pensar os impasses contidos nas tensas relações entre Estado e sociedade no processo de mudança social. No seu texto, o autor demonstra aproximações e distanciamento entre esses livros.

Na contramão das interpretações que desqualificam as classes populares no Brasil, o artigo “Educação popular, pensamento social e classes populares no Brasil”, de Marco Antônio Perruso, expõe o modo pelo qual o tema da educação popular — que surge no

início dos anos 1960 e se desenvolve nas décadas seguintes — contribuiu para o agenciamento das classes subalternas e, por meio da produção de concepções inovadoras, municiou os movimentos sociais com ideias, contribuindo também para o combate à ditadura militar durante o processo de abertura política.

Já o artigo “Pobreza e educação: caminhos da desigualdade”, de Rafael Borges Guimarães da Rocha, ao dialogar com produções culturais, questiona a pobreza como um fato social e os limites e possibilidades da educação para superá-la.

O artigo “O olhar da senzala descontruindo o alpendre”, das autoras Janaína da Silva Sá e Raffaella Fernandez, analisa uma publicação póstuma de Carolina Maria de Jesus, “Diário de Bitita”, à luz do clássico do pensamento brasileiro “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre. Neste contraponto, as autoras mostram a presença das relações sociais vigentes no antigo sistema escravista exposto por Freyre na memória narrativa de Carolina Maria de Jesus. Apesar das semelhanças entre essas narrativas, pautadas nos espaços ocupados pelos agentes, lugar onde ocorre a trama das relações sociais, o “existir negro” presente na narrativa da escritora paulista engendra um discurso sob a perspectiva da senzala, vale dizer, narra uma história a contrapelo.

Jorge Henrique da Silva Romero, em seu artigo “Sertão-sertões: uma questão de ficções”, questiona a elaboração discursiva do espaço do “sertão” nos discursos dos conquistadores portugueses. Reflete sobre o modo pelo qual a fantasia e a imaginação estão articuladas com a experiência e como esta é reelaborada, a despeito de seu horizonte pragmático, mediante a necessidade de “controle do imaginário” e da irresistível “pulsão de ficção”. Com isso, desvela o componente ficcional contido na experiência histórica e social imanente à categoria sertão.

O último artigo do dossiê — “Relações raciais e mudança social no Brasil: as publicações de Fernando Henrique Cardoso”, de Marcos Abraão Ribeiro — retoma os estudos de FHC da década de 1950 e início dos anos 1960 desenvolvidos na Cadeira I de Sociologia da USP. O autor aponta as afinidades eletivas entre os temas das mudanças sociais e das relações raciais neste momento da obra sociólogo. Cabe lembrar que, para além de FHC, esses eram temas investigados de modo coletivo, vinculados à agenda de pesquisas daquela Cadeira.

A Seção Livre da presente edição é composta por três artigos. O primeiro, de João Ricardo Boechat Sales, “Organização religiosa moderna: sobrevivência e competição em uma sociedade secularizada”, investiga as relações entre religião e sociedade lastreado em quadro

teórico de referência que reflete sobre o significado e as funções das organizações religiosas e em estudo empírico que compara o modo pelo qual três organizações religiosas — Igreja Mundial do Poder de Deus em Campos dos Goytacazes; Igreja Semear; Segunda Igreja Batista em Campos — se adaptam ao pentecostalismo, conformando-o aos anseios de seus fiéis. O segundo artigo, intitulado “Políticas públicas e justiça social: análise de um programa de educação oferecido pela Sedu/ES”, das autoras Sabrina de Souza Menezes e Manuela Vieira Blanc, faz um balanço de uma política pública oferecida pela Secretaria de Educação do Espírito Santo que consiste em oferecer cursos de idiomas estrangeiros e bolsas de intercâmbio para alunos das escolas públicas daquele Estado. E o terceiro, “Planejamento urbano e política habitacional: os desafios do programa ‘Morar Feliz’ em Campos dos Goytacazes-RJ”, de Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda, Sergio de Azevedo e Geraldo Márcio Timóteo, investiga os impactos desta política sobre os moradores dos conjuntos, bem como os de seu entorno, no que se refere à qualidade de vida e aos serviços públicos locais.

Ricardo Ramos Shiota

Doutor em Sociologia, pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Uenf.

Wania Amélia Belchior Mesquita

Doutora em Sociologia, professora e coordenadora do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Uenf